

DESAFIOS DE RECONHECIMENTO DO TRABALHO DO CRAS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

Jaine Rocha Mesquita FONSECA
Juliene Aglio PARRÃO

RESUMO: O presente artigo abordou a questão do CRAS - localizado no município de Sandovalina – como uma política pública de proteção social básica no âmbito da prevenção, na qual, buscou-se discorrer sobre as dificuldades encontradas em seu cotidiano que trazem uma dificuldade de reconhecimento de seu trabalho. Estas dificuldades comprometem, portanto, o trabalho em rede necessário a qualquer política pública. Como uma forma de conscientizar os indivíduos sobre o trabalho do CRAS, sobre a importância em reconhecer a proteção social como um direito, se fez necessário utilizar da mobilização social como um meio, como uma estratégia de ação. Para a elaboração deste artigo foram utilizadas pesquisas bibliográficas, eletrônicas e baseou-se também em material didático disponibilizados em sala de aula. O método utilizado foi o dedutivo, pois, abordou-se primeiramente a política de assistência, na qual o CRAS se encontra para posteriormente discorrer sobre ele e sobre as dificuldades postas.

Palavras-Chave: CRAS. Proteção Básica. Dificuldades de reconhecimento. Política Pública. Mobilização Social.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o trabalho em rede vem sendo um fator fundamental para aqueles que atuam nas políticas públicas no Brasil, ele proporciona aos profissionais maior qualidade em seu trabalho, na medida em que possibilita conhecer bem a realidade do sujeito a qual seu trabalho está direcionado.

Partindo daí, entende-se que, para diversos setores este é um grande desafio no cotidiano profissional, principalmente quando nos referimos ao trabalho realizado pelo CRAS, ou seja, um serviço que trabalha com as famílias localizadas em seu território e que precisa acima de tudo de articulações constantes com a rede intersetorial deste mesmo território. E mais, é fundamental que seu trabalho seja reconhecido no local onde se atua, não no

sentido de méritos, mas sim, reconhecido como uma política pública de proteção social e tudo o que está relacionado à este.

Este desafio está posto ao CRAS localizado no município de Sandovalina, devido a maneira fragmentada de intervir com que a rede muitas vezes se posiciona. Há também desafios mínimos, ou seja, aqueles do qual ainda atualmente não foram enfrentados, e isso, não requer apenas ser enfrentado pelo CRAS, mas também, pela própria rede.

Ao longo deste estudo realizado sobre o CRAS Renascer de Sandovalina, será esclarecido alguns destes desafios, em que, o objetivo não está em criticar, mas sim, levar a uma reflexão sobre a importância em se trabalhar de maneira articulada, principalmente ao se tratar de um município de pequeno porte I, como é o caso deste a qual está sendo apresentado. Além também, de colocar a importância que se tem em um serviço ser reconhecido pelo que ele realmente é, o que pode parecer simples, muitas vezes não é, pois para isto, ou seja, para o trabalho desenvolvido pelo CRAS ser reconhecido tanto por parte das demais políticas públicas, como também dos sujeitos algumas limitações são colocadas, como veremos mais adiante.

Este estudo encontra-se organizado, portanto, da seguinte maneira: primeiramente buscou-se discorrer sobre a política de assistência social a partir da Constituição de 1988, colocada no tripé da seguridade social, para posteriormente discutir sobre o que é o CRAS colocado na proteção social básica e o que o CRAS representa, ou seja, qual sua função, sua finalidade e quais os serviços ofertados por ele.

A partir da compreensão do que é o CRAS, buscou-se abordar quais os desafios postos ao CRAS do município de Sandovalina, apresentando algumas dificuldades no que se refere ao seu reconhecimento como uma política voltada para a prevenção.

Ao apresentar os desafios, entende-se a mobilização social como uma estratégia de enfrentamento fundamental, afim de fazer com que as demais políticas como também os sujeitos, compreendam que a proteção social é direito de todos, e que o CRAS trabalha na defesa destes.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

O desenvolvimento das políticas sociais ocorreu em um longo período de tempo, ou seja, foram se dando aos poucos por cerca de oitenta anos, e isso antes significava um padrão de proteção social diferente do que se tem hoje. Sonia Fleury (2005, p. 450) trás que:

O sistema de proteção social brasileiro, até o final da década de 1980, combinou um modelo de seguro social na área previdenciária, incluindo a atenção à saúde, com um modelo assistencial para a população sem vínculos trabalhistas formais. Ambos os sistemas foram organizados e consolidados entre as décadas de 1930 e 1940, como parte do processo mais geral de construção do Estado moderno, intervencionista e centralizador, após a Revolução de 1930.

Tem-se então uma proteção social distante do modelo que se tem hoje, descentralizado, participativo. Tinha-se modelos de proteção social para diversos segmentos de trabalhadores, o que de certa forma colocava o lugar que cada segmento representava na sociedade, estabelecia privilégios.

A Constituição Federal de 1988 traz diversas transformações nos padrões e ações que se tinham até então da proteção social, no qual se aponta a garantia da seguridade social, disposta no artigo 194 no Capítulo II, em que dispõe:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (BRASIL, 1988, s/p).

Assim, como se pode visualizar, a Política de Assistência Social, a ser tratada neste trabalho faz parte do tripé da seguridade social, assegurando desta forma, sua posição de política pública.

Como política pública, esta, também teve sua normatização na mesma legislação no seu artigo 203 da Seção IV, que ordena sobre a mesma ao direcionar que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988, s/p)

Para regulamentar a Política de Assistência Social, a mesma contou com um aparato legal, como a LOAS, PNAS, NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS.

De acordo com a PNAS (2004, p. 31):

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da seguridade social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social.

A Política de Assistência Social busca dar proteção aos sujeitos, e além de voltar o olhar a todo país, esta, visa ter uma ótica voltada para o coletivo, para as vulnerabilidades dos territórios antes invisíveis, ou seja, procura dar visibilidade não somente à estes territórios, como também exclusivamente às potencialidades dos sujeitos.

A assistência social era uma política compensatória, destinada apenas àqueles que já se encontravam em situações de pobreza. Perpetuava-se a pobreza, pois, as ações apenas fortalecia o que já existia, as ações não possuíam objetivos de emancipação, de autonomia, eram paliativas, ou seja, que não resolviam os problemas vivenciados pelos sujeitos, pois, eram imediatas apenas. Diferente do que se tem hoje, ou seja, uma política com ações planejadas, programadas, baseadas em princípios e diretrizes do SUAS, com técnicas, rede de serviços contínuos, em que, demonstra grande necessidade de articulação, de se trabalhar com a intersetorialidade.

Esta política propõe a proteção social voltada ao usuário organizada pela proteção social básica e proteção social especial, sendo a primeira de atenção do CRAS e a posterior do CREAS.

Sendo o CRAS campo de pesquisa deste trabalho, faz-se pertinente discorrer de forma direcionada para seus objetivos, funções e serviços.

3 CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O CRAS é uma unidade pública, vinculada à política de assistência social que oferta serviços de proteção social básica com enfoque na prevenção, em que, faz um trabalho de fortalecimento de vínculos familiar e comunitário, na qual, entende-se também que um membro de certa forma fortalece o outro. Conforme preconiza a PNAS (2004, p. 35):

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na Proteção Básica, o trabalho com as famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.

O CRAS deve obrigatoriamente ofertar o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – e dentre os serviços no âmbito da proteção social básica, também possui o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Serviços estes, sempre voltados à família.

Estes outros serviços de proteção social básica são referenciados ao CRAS, desta forma, podem ser desenvolvidos por outros, como ONGs

(Organizações não governamentais), deste de que as mesmas componham a rede socioassistencial.

Ao tratar da Rede, é pertinente indicar que cabe ao CRAS também, promover articulações, de modo a organizar os serviços socioassistenciais, e na troca de informações, além de prestar informações não somente sobre o bairro, mas sim sobre o território, pois, o CRAS trabalha com o território. Também cabe elaborar mapeamentos, promover a inserção das famílias nos serviços de assistência social, encaminhar os sujeitos para os serviços buscando romper com qualquer forma de exclusão e prevenindo no que diz respeito aos riscos que os sujeitos podem chegar, ou seja, busca evitar que o dano se instale e que os direitos sejam violados.

3.2 Serviços Socioassistenciais no âmbito do CRAS

O CRAS Tem como ponto central a oferta do PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - “com referência territorializada, que valorize as heterogeneidades, as particularidades de cada grupo familiar, a diversidade de culturas e que promova o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004, p.35). Se faz um trabalho de acompanhamento com as famílias em situação de vulnerabilidade social, seja de maneira individual como também em grupos, ou seja, para as famílias mais fragilizadas se faz um atendimento individual que com o tempo se passa para os grupos.

Estes grupos possibilitam uma troca de informações, de conhecimentos, experiências, e é um meio importante para o CRAS, na medida em que desenvolve-se as potencialidades dos sujeitos.

De acordo com a PNAS (2004, p. 36):

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

Dentre estes serviços voltados para a família, o CRAS também oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que é um serviço realizado em grupos, ele é um complemento do trabalho social com as famílias e de aquisição de diferentes idades. Também é de caráter preventivo sempre pautado na defesa dos direitos e se articula com o PAIF, em que promove o atendimento das famílias dos usuários deste serviço. Este serviço deve “(...) prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros.” (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais 2009, p.10)

Este serviço abrange diferentes idades também, com crianças até 6 anos; crianças e adolescentes de 6 à 15 anos; adolescentes e jovens de 15 à 17 anos; e também para os idosos. A partir disto, nota-se a importância que se tem em ocupar o tempo destes sujeitos e não só isso, mas principalmente de desenvolver a autonomia, prevenir possíveis riscos, fortalecer os vínculos, e evitar exclusão, fazendo um trabalho de desenvolver nestes indivíduos a sensação de pertencimento, mostrar-lhes suas capacidades e potencialidades.

Este serviço de proteção básica desenvolve seu trabalho realizando atividades de acordo com a faixa etária de cada grupo, utilizando-se de técnicas de atividades com a finalidade de desenvolver as potencialidades destes usuários dentro do limite de cada um.

Um outro serviço, é o de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Deficientes e Idosas, na qual, procura-se desenvolver a autonomia destes usuários seja ele idoso ou deficiente. Busca fazer um trabalho de apoio também com os familiares, orientando-os e informando-os, ou seja, sempre com foco na prevenção.

Conforme preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.16):

O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas a educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação.

Nestas ações do serviço, é fundamental que se leve em consideração o território, ou seja, quais as necessidades ali presentes e quais as demandas que esse território trás, fazer esta análise é fundamental para qualquer outro serviço, para que se possa, portanto, garantir seu bom funcionamento e resultados satisfatórios.

3.2.1 garantias de segurança

A política de assistência social - da qual o CRAS faz parte, colocado na proteção social básica - tras as garantias de seguranças. Tais como: segurança de acolhida; de sobrevivência (rendimento e autonomia); de convívio ou vivencia familiar.

A segurança de acolhida – que pode ser feita na proteção social básica ou especial – é uma das seguranças fundamentais, é onde o individuo deve ser bem recebido, refere-se à escuta qualificada, as informações prestadas ao usuário, ao apoio fornecido também as referencias, ou seja, aos encaminhamentos à outros serviços que o sujeito precise, além da questão da ambiência, para que o sujeito sinta-se bem, confortável, em suma, bem acolhido.

Conforme preconiza a PNAS (2004, p.31):

Por segurança da acolhida, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade.

Tem-se também a segurança de sobrevivência, que abrange um apoio e auxilio transitório, ou seja, pode-se estar articulando com outras políticas para melhores resultados. E também benefícios eventuais, na qual visa suprir necessidades imediatas, porém, não cabe ao profissional deixar de desenvolver seu trabalho de superação de determinadas situações de vida dos usuários e acabar ficando nesta imediaticidade.

A segurança de rendimento abrange os benefícios continuados, entende-se que todos necessitam de uma renda, para isso tem-se bolsas como ação jovem, renda cidadã, etc.

De acordo com a PNAS (2004, p. 31):

A segurança de rendimentos não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou o desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã.

Por outro lado, entende-se que, a segurança de rendimento abrange apenas o BPC, pois, é importante olhar pelo viés de que os demais benefícios são apenas programas de governo, com isso, podem se encerrar a qualquer momento.

Além destes, tem-se também o desenvolvimento da autonomia, em que trabalha-se ações com os sujeitos, com a família, mas sempre respeitando sua autonomia, ou seja, suas vontades, escolhas e decisões, porém, o profissional deve sempre mostrar as possíveis consequências dessas escolhas, levando-os informações e conhecimentos.

A assistência social necessita ter ações também que visem garantir o convívio familiar e comunitário, ações como por exemplo, um cinema na praça da cidade, ações deste tipo fazem com que o indivíduo sinta-se parte do espaço em que vive, para que seja garantido essa sensação de pertencimento e conseqüentemente evitar a exclusão, a perda de vínculos.

Conforme ressalta a PNAS (2004, p.32):

É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e sobretudo os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminações ou múltiplas inaceitação ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio.

O direito ao convívio familiar e comunitário deve ser garantido ao indivíduo, pois, ninguém consegue se desenvolver enquanto ser humano se estiver só, isso é fundamental na qualidade de vida de qualquer um.

4. DESAFIOS DE RECONHECIMENTO DO TRABALHO DO CRAS NO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

O CRAS Renascer, do município de Sandovalina instalado a aproximadamente um ano, encontra diversos desafios em seu cotidiano e isso faz com que o trabalho realizado por ele se torne limitado o que trásconsequências também em seu reconhecimento.

Atualmente o mesmo possui em seu quadro cinco funcionários, dentre eles duas assistentes sociais, uma na função de técnico e a outra de coordenadora. Um psicólogo, um agente de desenvolvimento social - formada em Serviço Social, porém, ainda não exerce sua função como assistente social – e um funcionário responsável pela limpeza. Como se poder ver, o quadro de funcionários também ainda é pequeno, no momento não se tem o administrativo.

O Cras Renascer, mudou-se para o prédio definitivo em meados de julho deste ano de 2015, já em seu espaço definitivo algumas ações se iniciaram no qual se destaca no âmbito do serviço do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), o trabalho com famílias com o desenvolvimento da metodologia Plug and Play, como também atendimentos e acompanhamentos individualizados com as famílias.

Além da execução do PAIF, outras ações dentro da função de gestão socioterritorial que compete ao CRAS, estão sendo desenvolvidas na qual destaca-se as Reuniões da Ação Articulada, cuja finalidade perpassa pelo conhecimento e reconhecimento, dos e entre, os serviços e as políticas públicas, com vistas na fomentação e articulação da rede intersetorial e da rede socioterritorial.

Estas reuniões ocorrem sistematicamente uma vez ao mês, com a presença de um representante de cada política e ou serviço, vale ressaltar que

para além de reconhecer os serviços e as ações das políticas, esta ação também busca fortalecer as respostas de proteção às famílias em situação de vulnerabilidade social, realizando enfrentamento a naturalização das expressões da questão social manifestada neste município e vivenciadas pelas famílias que geralmente perpassam por todos as políticas e serviços.

Ainda dentro deste campo, o CRAS Renascer realiza juntamente com as crianças e adolescentes o projeto Ciclo de Palestras e Debates dos Direitos da Criança e do Adolescente, em que visa a promoção, defesa e controle do sistema de garantia de direitos.

Esta ação visa aproximar as políticas públicas das necessidades das crianças e adolescentes, a partir do olhar e das situações vivenciadas por eles no município, o que possibilita dar visibilidade de compreender os limites e as possibilidades das políticas públicas voltadas para a criança e adolescente, dentro deste processo destaca-se o desenvolvimento do protagonismo da criança e adolescente.

Diante do exposto onde descrevemos alguns avanços, contudo é pertinente dizermos que ainda temos entraves, e estes circulam entorno do reconhecimento do CRAS, e do que ele realmente se propõe, ou seja, a população entende o CRAS por muitas vezes, como uma unidade onde se trabalha com a concessão de benefícios, devido a experiências já vividas em outros municípios em que a gestão dos benefícios são realizados no espaço do CRAS, tal “cultura” reforça a ideia que os CRAS são e estão para a oferta de benefícios e não de serviços como preconiza as normativas da política de assistência social.

Como consequência deste apontamento acima citado é consistente a dificuldade que atualmente o CRAS enfrenta ao trabalhar com a prevenção, isso ocorre não só por parte dos sujeitos, mas também, pelas demais políticas públicas, já que para muitos trabalhadores das políticas públicas a política de assistência social é reconhecida pelo viés da benesse, com ações fragmentadas e dirigidas tão somente à população da camada mais pobre.

Essa destorcida compreensão acerca do trabalho do CRAS pelas demais políticas trás consequências em todo trabalho intersetorial, em toda articulação em rede necessária para os serviços, ou seja, os profissionais

consequentemente seus serviços e políticas públicas não reconhecem como atores de intervenção do trabalho do CRAS, pela via da gestão intersectorial, outro apontamento é o distanciamento da compreensão da matricialidade sociofamiliar contemplada pela política de assistência social, sendo este, um dos eixos do SUAS que orienta o trabalho do CRAS, como resultado desta, acaba por fortalecer a culpabilização das famílias que utilizam os serviços da rede reproduzindo a naturalização das demandas vivenciadas pelas famílias.

Geralmente, as famílias que utilizam os serviços são muitas vezes a mesma, e passam por boa parte deles, com isso, o mais eficiente, correto e fundamental seria que cada serviço trabalha-se com essa família de modo a se articular com os demais, porém, a maneira fragmentada com que muitos lidam com a mesma demanda ainda é muito presente.

Ainda é presente também o sentimento de superioridade com que um setor tem sobre o outro, ou seja, a visão de achar que é mais do que o outro, que faz mais, que trabalha mais e que é mais importante. Contudo, ao partir desta ótica logo percebe-se que o trabalho em rede fica comprometido, pois, as demandas são as mesmas, logo, este tipo de visão somente atrapalha e torna-se totalmente desnecessária.

Além destes pequenos desafios aparentemente simples, porém, que comprometem de certa forma o trabalho em rede, tem-se também a frágil composição dos conselhos. O CRAS, procura em seu cotidiano conscientizar os sujeitos, para que utilizem os conselhos como um instrumento, um meio e se tornem sujeitos políticos. Depara-se com uma falta de capacitação destes conselhos e de conscientização.

Frente aos diversos desafios, vê-se a grande necessidade em promover mudanças, em buscar por meios que superem esses desafios, em que faça com que os indivíduos compreendam o trabalho realizado pelo CRAS e para isso, entende-se a mobilização social como um meio, uma estratégia com grande possibilidade de transformação.

5 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Mobilização Social é ao mesmo tempo uma abordagem social e uma estratégia de trabalho com a coletividade. Ela visa convocar vontades sempre com um propósito comum e com uma interpretação da realidade e um sentido compartilhado.

De acordo com José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Werneck (2007, p.14):

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo predefinido, um propósito comum; por isso, é um ato de razão. Para que ela seja útil a uma sociedade, ela tem que estar orientada para um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente.

Ao falar em mobilização, entende-se que, ela é um processo que começa com a vontade do sujeito que é convocado a participar afim de produzir mudanças na realidade social, no meio em que vive.

É de suma importância que se compreenda o verdadeiro sentido de convocar vontades, ou seja, convocar refere-se em saber respeitar a escolha do sujeito em decidir participar, pois, é necessário que seja uma decisão pessoal, feita com liberdade de escolha. Segundo José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Werneck (2007, p.13) “As pessoas são chamadas, convocadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um.” Cada individuo decide sozinho se vai participar, porém, a partir do momento em que escolhe participar, tudo é feito em conjunto.

O processo de mobilização não é construído pelo assistente social sozinho, ele é apenas parte do processo, e o que à sustenta é a comunicação, que é um processo em que reúne pessoas para uma ação coletiva para o futuro, ela é fundamental, é quem estrutura o processo de mobilização.

José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Werneck (2007, p. 15) salientam ainda que:

(...) o que dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação cotidiana, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos.

Nota-se a importância da comunicação em um processo de mobilização, para que todos – buscando pelo mesmo objetivo – possam tomar também as mesmas decisões sobre um mesmo propósito, assim, com a comunicação, evita-se o risco dos indivíduos trabalharem de maneira fragmentada. A relação estabelecida entre os envolvidos é o que garantirá o bom desempenho daquilo que se proporem a fazer.

Para construir uma mobilização é fundamental que os envolvidos saibam que direção pretendem chegar, qual o propósito, para que todos pensem juntos e também para que as ideias não se percam ou se distanciem do objetivo.

José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Werneck (2007, p.37) ressaltam ainda que:

Esse propósito deverá estar expresso sob a forma de um horizonte atrativo, um imaginário “convocante” que sintetize de uma forma atraente e válida os grandes objetivos que se busca alcançar. Deve expressar o sentido e a finalidade da mobilização tocar a emoção das pessoas. Não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar a paixão. A razão controla, a paixão move. (...) é importante ainda que esse propósito reflita um consenso coletivo, entendido como a escolha e construção de um interesse compartilhado.

O imaginário é o meio fundamental para expressar a ideia central da mobilização. Através dele é possível que a mensagem chegue de maneira mais profunda no público alvo e como o autor coloca, que toque a emoção das pessoas, que desperte algo, como a vontade de promover mudanças também.

No processo de mobilização, tem-se os atores, dentre eles encontra-se o Produtor Social, Reeditor Social e o Editor. Ao Produtor Social, está a responsabilidade de viabilizar o movimento.

Para José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Werneck (2007, p.41) entende-se por Produtor Social:

(...) a pessoa ou Instituição que tem a capacidade de criar condições econômicas, Institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra. Uma Secretaria de Estado, uma instituição pública ou uma entidade privada, uma pessoa ou um grupo, uma ONG ou uma empresa podem ser produtores sociais.

É importante que ele tenha legitimidade, assim, se torna mais fácil conseguir credibilidade a um primeiro momento.

Tem-se também o Reeditor Social, que é aquele que já tem seu público, que tem capacidade de transformar, mudar através do convencimento a maneira de pensar deles, que tenha credibilidade para isso. Ainda segundo José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Werneck (2007, p.46):

O reeditor é diferente dos chamados “multiplicadores”. Ele não reproduz um conteúdo o mais próximo possível da forma como o recebeu, mas o interpreta e o amplia para adequá-lo naturalmente ao seu público. (...) o reeditor é diferente também do militante tradicional. Ele atua no seu cotidiano. O campo de atuação do militante é o mundo. O reeditor crê no convencimento de cada um; o militante crê na conversão, na adesão. O reeditor reforça o conceito de democracia e de cidadania, de um sociedade que constrói sua própria ordem.

O reeditor pode ser qualquer pessoa, desde que seja capaz de promover mudanças, de convencer e que tenha seu público próprio e que atue junto à eles fazendo todo este processo já dito.

O Editor assim como os demais, possui uma grande função, ele é o responsável em introduzir a mensagem, transforma-la em formas, símbolos, seja da maneira que for, desde que se adeque ao reeditor para que ele a utilize da melhor forma.

Segundo José Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Werneck (2007, p.47):

Como estruturar as mensagens. Que códigos são necessários para que a mensagem seja compreendida e absorvida pelo reeditor e para que ele possa convertê-la em uma forma de sentir, de atuar e de decidir em função do imaginário? Essas são as perguntas às quais o Editor deve dar respostas. É evidente que, quanto melhor o seu conhecimento sobre o campo de atuação do reeditor, maiores serão as possibilidades de êxito no seu trabalho.

Como trás o autor, é fundamental que o editor tenha conhecimento sobre o que o reeditor faz, qual seu trabalho realizado, enfim, e para que isso seja possível tem-se a grande importância dos profissionais trabalharem de maneira articulada. Pois, a relação entre eles é que torna esse conhecimento possível, a articulação em rede é fundamental em um processo de mobilização.

Todos devem estar unidos e conhecer a função que cada um possui. O conhecimento sem dúvida é a maior arma que os atores devem ter,

seja sobre o propósito, o tema a ser trabalhado na mobilização, seja sobre o papel desempenhado pelos envolvidos, seja sobre o público com o qual irão mobilizar.

5.1 A MOBILIZAÇÃO SOCIAL COMO UM MEIO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS POSTOS AO CRAS RENASCER DO MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

Como vimos anteriormente, há diversos desafios a serem enfrentados pelo CRAS Renascer do município de Sandovalina. Para isso, compreende-se que é fundamental utilizar a mobilização social como um instrumento transformador para o enfrentamento destes mesmos desafios.

Será utilizado como propósito de mobilização no município de Sandovalina – onde localiza-se o CRAS – abordar principalmente a ideia da necessidade dos indivíduos em geral reconhecerem o trabalho realizado pelo CRAS como uma política de proteção social básica, reconhecendo então, necessidade em reconhecer a proteção social como um direito assim como todos os outros.

No processo de mobilização a ser desenvolvido, tem-se o produtor social que será a Prefeitura Municipal do município de Sandovalina, juntamente com o CRAS Renascer. Estes, portanto, desempenharão a função de elaborar e organizar as ideias a serem transmitidas na mobilização. Será feito encontros mensalmente com o editor e reeditores para que o trabalho em equipe flua da melhor maneira possível, onde serão apresentadas as ideias de cada um, mantendo sólido o trabalho em equipe.

O produtor Social será responsável também por levar todas as informações e conhecimentos ao editor e reeditores, a respeito de todo o processo de mobilização, do imaginário convocante que é o ponto central da mobilização.

Será feita também, avaliações para que se possa visualizar a impacto da mobilização na sociedade, se atingiu o público alvo, se é satisfatório

ou não, caso não seja, a avaliação torna possível pensar em novas estratégias de ação.

O Editor Social será o responsável por passar a ideia colocada pelo Produtor Social, o imaginário convocante em prática, ou seja, montará os folhetos, panfletos, e todos os componentes necessários advindos de sua criatividade para tocar e despertar vontade no público-alvo. Para este processo de mobilização tem-se como editor social o setor de comunicação da prefeitura municipal de Sandovalina.

O imaginário convocante desenvolvido traz uma reflexão acerca da proteção social, de maneira que faça com que o público-alvo se questione, faça com que desperte algo novo. O imaginário convocante traz a seguinte ideia: “MINHA FAMÍLIA RECONHECE A PROTEÇÃO SOCIAL. E A SUA?”

A partir da construção do imaginário convocante, criou-se os folhetos, panfletos, de modo geral, o que irá simbolizar a mobilização. Com os folhetos, os reeditores poderão transmitir a mensagem da melhor forma.

Os reeditores serão todos representantes das políticas públicas ou serviços do município de Sandovalina, como setor da educação, saúde, enfim, assim como os serviços vinculados à assistência. Além do próprio CRAS. Estes, então, serão responsáveis por transmitir o imaginário convocante para os sujeitos, os usuários de seus respectivos serviços, possibilitando que os sujeitos também repassem esta ideia.

A peça a seguir representa o imaginário convocante desenvolvido pelo editor e produtor social:



CRAS RENASCER

Fonte: imaginário convocante elaborado pelo produtor social e editor social.

O imaginário convocante enfatiza a importância da proteção social, buscando ao mesmo tempo fazer com que o público alvo se questione quanto a proteção social. Buscou-se, na peça elaborada, ao falar em família, incluir vários modelos de família, até porque, entende-se que família não é representada apenas pelo modelo de família nuclear, e sim, por vários tipos de composições, desde que se tenha afeto. A frase colocada em destaque, centralizada, ajuda a quem lê de maneira que ela se torne o foco e facilite a leitura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ter a compreensão sobre o trabalho realizado pelo CRAS nota-se que é de extrema importância para o local onde está inserido, pois, trabalhar com a prevenção já é um desafio muito grande, é a partir dela que tudo pode ser evitado, que grandes problemas não nasçam. O foco a que as políticas devem voltar seu olhar é justamente esse: da prevenção.

Para o CRAS do município de Sandovalina, o trabalho com as famílias é desenvolvido da melhor maneira possível. Os limites já estão sendo

superados, ou seja, o CRAS já possui espaço físico para realização da proposta do PAIF, e o que antes impedia, hoje se tem espaço suficiente.

Nota-se que, devido a dificuldade de compreender o trabalho realizado pelo CRAS, fato este que já está sendo superado, pois, já se tem todo trabalho sendo feito com as famílias, como também grupos com as mulheres, enfim, em breve oficinas que já estão sendo organizadas para futuramente poder serem desenvolvidas, porém, mesmo em meio a isto e ao conhecimento que já é visível sobre as ações do CRAS, algumas das políticas tendem a trabalhar de maneira fragmentada com famílias muitas vezes semelhantes a todos os serviços. O trabalho em rede torna-se difícil a partir desta visão de superioridade.

A partir deste trabalho, que trás consigo uma necessidade de articulação, percebe-se que, não somente neste CRAS, mas em muitos outros a necessidade de articulação em rede é um grande fator determinante na garantia de bons resultados, e que a parceria e a necessidade de manter o foco nos sujeitos atendidos e não em fazer do próprio serviço um meio de concorrência é de extrema importância.

A culpabilização da família, pelos problemas referente aos filhos também é presente. Culpabiliza-se a família cuja composição não se encaixa no modelo tradicional, ou seja, formada por homossexuais, enfim. Com isso, perde-se a visão de que a responsabilidade pelo adolescente de nossa sociedade não é apenas da família, mas sim de todos.

A mobilização social representa uma das estratégias para se transformar a realidade posta e até aproximar os setores. Com as reuniões da ação articulada, os setores também desenvolvem uma aproximação e uma relação de maior cumplicidade, pois, ao trabalhar as questões da própria comunidade, se leva também a importância de todos trabalharem juntos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição Federal de 1988.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 05/05/2015 às 15:20

Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br> HYPERLINK

["http://www.mds.gov.br%3earquivos%3epnas_final/"](http://www.mds.gov.br%3earquivos%3epnas_final/)> HYPERLINK

["http://www.mds.gov.br%3earquivos%3epnas_final/"arquivos](http://www.mds.gov.br%3earquivos%3epnas_final/) HYPERLINK

["http://www.mds.gov.br%3earquivos%3epnas_final/"](http://www.mds.gov.br%3earquivos%3epnas_final/)> HYPERLINK

["http://www.mds.gov.br%3earquivos%3epnas_final/"pnas_final](http://www.mds.gov.br%3earquivos%3epnas_final/) Acesso em:

07/05/2015 às 10:35

Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Texto da RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br> Acesso em: 16/05/2015 às 10:50

TORO, José Bernardo. WERNECK, Nisia Maria Duarte. **MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UM MODO DE CONSTRUIR A DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.